

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Município de Vila Viçosa

Relatório Anual do Trabalho Efetuado
31 de dezembro de 2023

Este relatório contém 30 páginas

18 de Abril de 2024

I.	Introdução	3
II.	Âmbito	3
III.	Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas e Relatório adicional sobre o trabalho efetuado, reportados a 31/12/2022.....	6
IV.	Execução Orçamental	10
V.	Cumprimento de leis e regulamentos.....	13
VI.	Indicadores Orçamentais.....	14
VII.	Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados .	15
a.	Análise Económico-Financeira	15
b.	Principais rubricas do Balanço	17
c.	Demonstração de Resultados	25
VIII.	Norma de Controlo Interno	29
IX.	Plano de gestão de riscos d corrupção e infrações conexas	29
X.	Considerações Éticas	29
XI.	Declaração de Responsabilidades	29
XII.	Acontecimentos Subsequentes	30
XIII.	Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão.....	30

I. Introdução

No decurso das funções que são atribuídas ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), emitimos o presente memorando, o qual resulta do trabalho efetuado aos documentos e registos contabilísticos do ano de 2023 da Câmara Municipal de Vila Viçosa (CMVV).

O presente Relatório foi elaborada ao abrigo das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, mais especificamente, a ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica.

É da responsabilidade do Executivo assegurar:

- preparação de demonstrações orçamentais e financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Câmara de acordo com o referencial contabilístico aplicável;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O nosso trabalho teve como objetivo obter uma segurança razoável quanto a se a informação orçamental e financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevante e apresentar o resultado da nossa verificação orçamental e financeira.

II. Âmbito

Tal como já referido, o âmbito da nossa intervenção está contemplado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Para tal, foram planeados e desenvolvidos os testes considerados adequados para a nossa intervenção. Tais procedimentos passaram por:

- i) Reuniões com os responsáveis dos departamentos que consideramos relevantes no relato financeiro;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Câmara;
- iii) Verificação da conformidade dos registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- iv) Obtenção do conhecido dos sistemas de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de despesa (compras, pessoal e imobilizado), receita e tesouraria, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Handwritten initials and signature in blue ink, including the letters 'L', 'NB', and a signature.

- v) Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos (não exaustivos):
 - a. Análise e teste das reconciliações bancárias reportadas a 31 de dezembro de 2023;
 - b. Cruzamento da informação obtida do site do Banco de Portugal e das respostas obtidas diretamente dos Bancos;
 - c. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações;
 - d. Análise e testes às principais rubricas de custos e proveitos registados no exercício, com particular atenção à aplicação ao princípio do acréscimo;
 - e. Análise da execução orçamental da Câmara e validação dos critérios previsionais utilizados na preparação do Orçamento inicial;
 - f. Confirmação da adequada aprovação de todas as alterações e modificações orçamentais existentes durante o ano de 2023;
 - g. Avaliação do cumprimento do endividamento;
 - h. Avaliação do cumprimento da lei dos compromissos assumidos e pagamentos em atraso;
 - i. Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.
- vi) Leitura das atas existentes até à data de referência;
- vii) Verificação dos documentos de prestação de contas.

Tal como reportado no nosso relatório relativo à análise económico-financeira do semestre, foi efetuada uma avaliação de riscos, nomeadamente às áreas de risco das demonstrações financeiras do Município. Foram consideradas como de risco as seguintes matérias e respetivas asserções associadas:

- Reconhecimento dos Rendimentos - nas asserções da plenitude e apresentação;
- Derrogação dos controlos por parte do Executivo, aferindo-se a idoneidade e a postura da gestão perante a organização e dos riscos associados ao facto de estar numa posição privilegiada de poder derrogar os controlos instituídos;
- Gastos com Pessoal – nas asserções da plenitude e corte de operações;
- Ativos não correntes – nas asserções da integralidade e valorização;
- Inventários - nas asserções da integralidade e valorização;
- Cumprimento das Leis de Regulamentos, nomeadamente nas regras de execução orçamental, contratação pública e procedimentos associados ao branqueamento de capitais.

As normas internacionais de auditoria (ISA), mais concretamente no âmbito da ISA 240 - "As responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras", obrigam o auditor a identificar como risco de auditoria as seguintes matérias: i) Risco presumido a fraude no reconhecimento dos rendimentos das entidades; e ii) Risco presumido a fraude através da derrogação dos controlos internos da entidade por parte do Executivo, uma vez estarem em posição privilegiada.

Embora da leitura da informação disponível não exista indicação de histórico de fraudes, o auditor tem sempre que identificar esta matéria como de risco significativo. Desta forma, foram efetuadas indagações ao Executivo, cuja resposta foi obtida em 29/02/2024, e desenhados

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



procedimentos específicos para que possamos compreender como é que supervisionam os processos utilizados para identificar e dar resposta aos riscos de fraude na entidade e qual o controlo interno estabelecido para mitigar estes riscos.

Apresentamos de seguida as conclusões e situações que consideramos relevantes levar ao conhecimento de V. Exas.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

III. Follow-up pontos da Certificação Legal de Contas e Relatório adicional sobre o trabalho efetuado, reportados a 31/12/2022

Tendo em conta a Certificação Legal das Contas reportada a 31/12/2022, emitida em 19 de abril de 2023, bem como o nosso Relatório adicional sobre o trabalho efetuado apresentamos de seguida o ponto de situação dos pontos que foram objeto de reservas:

Pontos da CLC em 2022	Ponto de situação em 31/12/2023
NCP 4 – Contratos de Concessão: Concedente - o Município não tem em sua posse toda a informação considerada necessária para o adequado reconhecimento dos ativos de concessão e respetivas depreciações. Concessão com a EDP (atual E-redes).	No ano de 2023 foram reconhecidos os ativos de concessão geridos pela E-Redes. Esta situação obrigou a que a CMVV fizesse a reexpressão das suas contas, conforme divulgado no Anexo às DF's.
Não foi possível ao Município efetuar uma inventariação das suas Infraestruturas, relevadas em Ativos Fixos Tangíveis, bem como aferir sobre os critérios de valorização e atribuição de vidas úteis, nos termos do novo normativo.	Estão a decorrer trabalhos de levantamento das infraestruturas existentes no município para posterior valorização e atribuição das respetivas vidas úteis. A esta data, a situação não está ainda sanada, estando os saldos das contas de ativos fixos tangíveis influenciados por montantes que não conseguimos quantificar.
Revisão das vidas úteis decorrente da transição do CIBE para o Classificador Complementar 2, assim como a repartição do valor do terreno em alguns dos Edifícios.	Tendo em conta a situação referida no ponto anterior, poderão existir, ainda ajustamentos desta natureza.
A resposta obtida no processo de circularização de saldos da entidade CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central identifica um saldo a receber do Município de 264 mil euros, valor que não se encontra refletido no Passivo da Câmara. A situação encontra-se em análise pelos serviços da Câmara, não se conseguindo aferir que impactos esta situação poderá ter no Passivo, Fundos Patrimoniais e Resultados do exercício.	Nesta data a CIMAC identifica um saldo no montante de 196.293,75€, estando a situação a ser analisada pelo Município de forma regularizar esta divergência.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Pontos da CLC em 2022	Ponto de situação em 31/12/2023
Os nossos testes à rubrica de inventários, cujo montante acende a 317.397,40 euros, não nos permitiram concluir sobre a asserções da existência e valorização relativamente aos materiais relacionados com as obras. Desta forma, não estamos em condições de nos pronunciar sobre o montante refletido no balanço nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022.	Foi efetuada uma auditora “in loco” com o fiel armazém e foi proposto pelo DOM “abater” todo o material de rede de abastecimento e distribuição de Água em PVC e respetivos acessórios, armazenado indevidamente no exterior durante vários anos e levando à degradação dos mesmos, bem como os materiais furtados do armazém do “Quinito” e os anéis e manilhas em betão parcialmente destruídos que não reúnem condições de utilização. O município está a desenvolver as diligencias para regularizar a situação, sendo que a 31/12/2023 nada foi efetuado.
A água que é vendida pelo Município não está a ser considerada em inventários, estando o rédito associado incluído na rubrica de prestação de serviços. Em 2022 o valor do rédito associado à venda de água totalizou 454 milhares de euros, que deveriam estar refletidos na rubrica de Vendas na Demonstração de Resultados.	Durante o ano de 2023 o reconhecimento está a ser efetuado da mesma forma. Em 31/12/2023 o valor que deveria estar refletido em vendas totaliza 608 milhares de euros.
O saldo apresentado na rubrica de Clientes, no montante de 246.580,36 euros (valor a receber de 691.542,74 euros, deduzidos de perdas por imparidade de 444.962,38 euros), é superior em cerca de 130.000 euros face aos dados extraídos da Medidata (individuais e coletivos) e módulo de gestão CGI (águas) como estando em dívida.	Em 31/12/2023 foram efetuadas as regularizações para regularizar esta diferença.
A receita liquidada não cobrada que transita para 2023 não está reconciliada com os montantes reconhecidos como dívida no balancete da contabilidade financeira.	Em 31/12/2023 esta situação mantém-se inalterada. A diferença entre os direitos do balanço e o que reporta a DOREC é essencialmente o valor da dívida de água e o IVA a receber.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Pontos do Relatório adicional sobre o trabalho efetuado em 2022	Ponto de situação em 31/12/2023
Não estão a aparecer no balancete da classe zero as contas #091. (garantias prestadas a terceiros) e #092 (cauções /garantias, pecuniárias e não pecuniárias).	O Município está a analisar a situação junto da Medidata para regularizar esta situação.
Encontra-se referida a não aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão.	Estão em curso procedimentos para permitir ultrapassar esta questão.
Recomendamos que sejam definidos procedimentos entre a Divisão de Contabilidade e os serviços responsáveis pelo controlo e gestão dos investimentos em curso por forma a garantir que a informação necessária à transferência do investimento em curso para investimento já concluído chegue à contabilidade de forma tempestiva.	O Município está a reunir esforços que estas situações não aconteçam, e que os procedimentos sejam cumpridos em conformidade. Esta situação foi considerada na sua Norma de Controlo Interno, revista e aprovada ainda em 2023.
Recomendamos que haja maior controlo dos stocks através da realização de inventários periódicos, sendo necessário uma prévia organização dos diversos armazéns de forma a ser possível efetuar uma adequada alocação dos bens quando confrontada com as listagens que saem de sistema. Necessário também avaliar a existência de bens passíveis de abate ou constituição de imparidades.	Foi efetuada uma auditora “in loco” com o fiel armazém e foi proposto pelo DOM “abater” todo o material de rede de abastecimento e distribuição de Água em PVC e respetivos acessórios, armazenado indevidamente no exterior durante vários anos e levando à degradação dos mesmos, bem como os materiais furtados do armazém do “Quinito” e os anéis e manilhas em betão parcialmente destruídos que não reúnem condições de utilização. O município está a desenvolver as diligências para regularizar a situação, mas em 31/12/2023 mantem-se a situação.
Dos levantamentos efetuados aos principais fluxos e transações do Município, identificámos não existir um sistema integrado de monitorização do processo de captação de água, com contadores que registem toda a quantidade de água captada e inserida na rede. Existem, igualmente, falhas ao nível do controlo dos consumos, nomeadamente pelo facto de existirem instalações do Município sem contador (não são apurados autoconsumos). Existem, assim, necessidades de melhoria de todo o processo, que permitam à Câmara monitorizar e controlar as ruturas e consumos não autorizados.	À data a situação encontra-se inalterada.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Pontos do Relatório adicional sobre o trabalho efetuado em 2022	Ponto de situação em 31/12/2023
<p>Uma vez que o balancete agrega as várias contas bancárias por cada uma das instituições financeiras, recomendámos que sejam individualizadas no balancete (por cada conta bancária).</p>	<p>A Câmara está a analisar esta situação com a Medidata. Contudo, esta informação é detalhada no Anexo às Demonstrações Financeiras.</p>
<p>A norma de controlo interno em vigor no Município, embora já tenha tido uma atualização, carece de nova revisão, ajustando-se para o novo normativo contabilístico. De referência relevante todos os processos associados ao património, área que de facto teve maior alteração em termos de referencial contabilístico.</p>	<p>Já foi concluída e publicada a revisão da norma.</p>
<p>O Município tem disponível no seu site o plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, dando cumprimento à Recomendação de 1 de julho de 2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Esta entidade determina a elaboração de planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas por todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos e estabelece a elaboração anual de um relatório sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. O Município não está a elaborar este relatório de execução para a totalidade dos departamentos nele envolvidos.</p>	<p>Encontra-se em processo de revisão o referido plano.</p>



IV. Execução Orçamental

1. Orçamento Inicial 2023

Tendo por base a informação disponibilizada sobre a execução do orçamento, foram desenvolvidos os procedimentos considerados oportunos para verificação das leis e regulamentos associados à preparação do orçamento inicial, assim como sobre a respetiva execução.

As conclusões decorrentes da nossa análise estão vertidas no relatório emitido em setembro de 2023, relativo à análise económico-financeira reportada a 30/06/2023.

2. Análise à execução orçamental

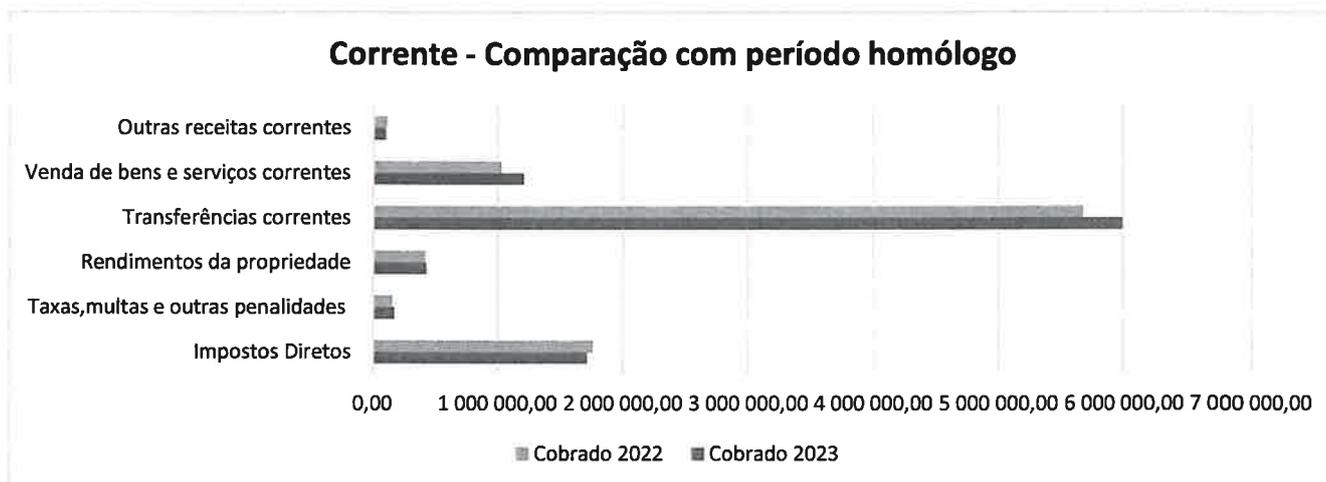
- **Execução orçamental a 31 de dezembro – Receita**

	31-12-2023			31-12-2022		
	Previsões Corrigidas	Cobrado	% Execução	Previsões Corrigidas	Cobrado	% Execução
Corrente	10.080.950,98	9.632.440,13	96%	9.789.304,42	9.157.121,48	94%
Capital	2.902.310,00	2.162.208,18	74%	2.210.007,12	1.530.225,98	69%
Outros	2.891.451,44	2.872.341,39	99%	1.767.909,57	1.712.880,69	97%
	15.874.712,42	14.666.989,70	92%	13.767.221	12.400.228,15	90%

Da análise efetuada verificamos que a execução global do orçamento da receita a 31 de dezembro de 2023 é de 92%, superior em 2 p.p face ao período homólogo. Em termos de valor, foram cobrados mais 2.266.761,55 euros de receita comparativamente a 31 de dezembro de 2022, sendo as rubricas com maior impacto para este aumento o saldo de gerência anterior e as transferências de capital.

As rubricas onde se verificaram uma maior variação da taxa de execução foram na conta 08019903 – IVA reembolsado com um aumento de 62% e na conta 120602 - Sociedades financeiras tendo uma variação positiva de 21%, tendo sido contraído um empréstimo de 150.000€ para a substituição do relvado sintético do campo de jogos João Figueiredo.

Relativamente às receitas correntes, as que apresentam maior peso respeitam a impostos diretos e as transferências correntes, tal como verificamos no gráfico seguinte:



Comparativamente ao período homólogo, as rubricas onde se verificou um crescimento foram as transferências Correntes, com um aumento na ordem dos 318 mil euros, e a Venda de bens e serviços correntes, com um aumento de 179 mil euros.

- **Execução orçamental a 31 de dezembro – Despesa**

Da análise efetuada verificámos que, no global, a execução da despesa foi superior à verificada no período homólogo.

	31-12-2023			31-12-2022		
	Dotações Corrigidas	Pago	%	Dotações Corrigidas	Pago	%
Corrente	11.218.552,42	9.269.145,68	83%	9.447.587,91	7.894.643,73	84%
Capital	4.656.160,00	2.901.384,91	62%	4.319.633,20	1.635.282,98	38%
	15.874.712,42	12.170.530,59	77%	13.767.221,11	9.529.926,71	69%

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 83%, inferior à do período homólogo em 1 p.p.

Na despesa de capital verificou-se uma taxa de execução de 62%, tendo existindo um aumento de 24 p.p.

Nas despesas de capital, observa-se um aumento no valor executado em comparação com o período homólogo. Este aumento é principalmente justificado pela verba alocada em 2023 para Instalações desportivas e recreativas na rubrica 07010406, outros – 07010602, que inclui despesas para aquisição de diversas máquinas e viaturas, como uma miniescavadora, escavadora giratória, dumper com pá carregadora, viatura Isuzu e 4x4, além de infraestruturas para o tratamento de resíduos sólidos presentes na rubrica 07010411.

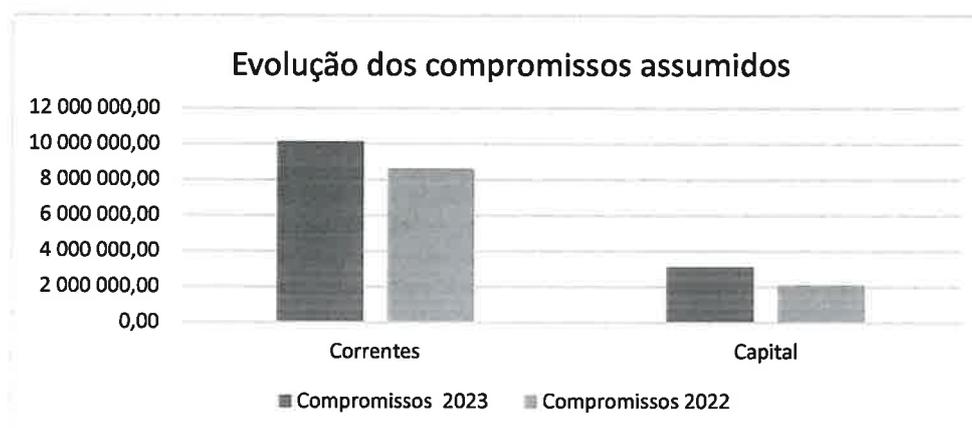
H
NB
R

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

31-12-2023					31-12-2022		
Agrup	Descrição	Dotações Corrigidas	Pago	%	Dotações Corrigidas	Pago	%
01	Despesas Com o Pessoal	5.270.159,00	4.574.643,47	87%	4.548.499,00	4.037.462,83	89%
02	Aquisição De Bens E Serviços	4.264.625,44	3.344.309,68	78%	3.515.607,42	2.699.868,40	77%
03	Juros E Outros Encargos	106.120,00	68.958,91	65%	30.476,00	25.709,09	84%
04	Transferências Correntes	1.376.775,98	1.126.599,13	82%	1.151.393,00	952.651,22	83%
05	Subsídios	3,00	0,00	0%	3,00	0,00	0%
06	Outras Despesas Correntes	200.869,00	154.634,49	77%	201.609,49	178.952,19	89%
07	Aquisição De Bens De Capital	4.337.500,00	2.610.943,59	60%	3.972.828,20	1.342.747,82	34%
08	Transferências De Capital	24.318,00	3.900,22	16%	53.394,00	5.499,11	10%
09	Ativos financeiros	3,00	0,00	0%	3,00	0,00	0%
10	Passivos Financeiros	294.333,00	286.541,10	97%	293.402,00	287.036,05	98%
11	Outras Despesas Capital	6,00	0,00	0%	6,00	0,00	0%
Total		15.874.712,42	12.170.530,59	77%	13.767.221,11	9.529.926,71	69%

As despesas com passivos financeiros e despesas com pessoas são as tipologias que mais pesam na estrutura do orçamento da despesa, seguindo-se as transferências correntes.

Relativamente aos compromissos assumidos, verificou-se um aumento de 24% face a igual período do ano anterior, tendo o aumento sido mais significativo na aquisição de bens de capital.





V. Cumprimento de leis e regulamentos

Modificações orçamentais

Da análise efetuada verificámos que as modificações orçamentais foram aprovadas por entidade competente. Importa referir que o Município, no 1º semestre, procedeu à integração do saldo da Gerência anterior, no montante de 2.870.301,44 euros.

Regra do equilíbrio

Comparamos a execução orçamental da receita corrente (bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo e verificamos que o equilíbrio previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, está a ser cumprido em 2023.

Endividamento autárquico

Da análise efetuada ao endividamento do Município, com base no artigo 52º da Lei nº 73/2013 e consequentes alterações, o Município encontra-se dentro dos limites de endividamento, ou seja, o total da dívida relativa a operações orçamentais a 31 de dezembro tem uma margem absoluta de 9.808.392,52 euros, sendo a margem utilizável 20% (de acordo com a alínea b) do nº 3 do art.º 52, no montante de 1.961.678,50 euros.

Mapa de fluxos de caixa

O Mapa de Fluxos de Caixa apresenta um saldo orçamental de 2.534.629,80€, consistente com o valor apresentado no balancete a 31 de dezembro nas rubricas de caixa e depósitos bancários.

Fundos Disponíveis

O Mapa de Fundos Disponíveis a 31 de dezembro apresenta um valor de 3.249.865,18€. Como tal, todos os compromissos registados até 31 de dezembro estavam em conformidade.

Contratação Pública

Da análise preliminar efetuada a esta área, verificamos que o Município procede à publicação dos respetivos procedimentos no portal base.gov, e que os mesmos se encontram a cumprir os limites definidos para cada tipo de procedimentos de acordo com o artigo 19º e 20º e 113º do CCP, o qual conseguimos validar através da análise conjunta na rubrica de fornecimento e serviços externos, a 31 de dezembro de 2023.

Contingências Fiscais

Não foram identificadas situações a reportar.

Obtivemos as declarações de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

VI. Indicadores Orçamentais

Indicadores	2023	2022	Diferenças
Grau de execução orçamental da receita (%)	92,39%	90,07%	2,32%
Grau de execução orçamental da despesa (%)	76,67%	69,22%	7,44%
Indicador da estrutura da receita efetiva	0,794	0,862	-0,07
Indicador da estrutura da despesa efetiva	0,976	0,970	0,007
Saldo corrente	363.294,45	1.262.477,75	-899.183,30
Saldo de capital	-739.176,73	-105.057,00	-634.119,73
Saldo Primário	-168.342,32	1.183.202,96	-1.351.545,28
Saldo global	-237.301,23	1.157.493,87	-1.394.795,10
Grau de realização das liquidações (%)	99,32%	99,29%	0,03%
Grau de execução das obrigações (%)	99,75%	99,39%	0,36%

Analisando os indicadores orçamentais, podemos verificar que existiu um crescimento no grau de execução da receita e da despesa comparando com o período homólogo. O saldo corrente foi inferior em 899.183,30 euros, comparado a 31/12/2022. Esta diminuição justifica-se com a redução das receitas correntes relacionadas com os impostos diretos e com o aumento das rubricas de despesa corrente, nomeadamente, as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. No saldo de capital, tanto em 2023 como em 2022 as despesas de capital foram superiores às receitas de capital.

O saldo primário, é um indicador chave na análise das contas públicas, pois revela a capacidade de gerar receitas suficientes para fazer face às suas despesas, excluindo os encargos com juros e outros encargos. Como se verifica no quadro acima, em 2023 a Câmara não gerou receitas suficientes para cobrir as suas despesas. O mesmo verifica-se no saldo global com uma necessidade de receita efetiva de 237.301,23 euros.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

LR
MB
BT

VII. Análise das principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados

a. Análise Económico-Financeira

Tendo em conta o balancete disponibilizado, reportado a 31 de dezembro de 2023, foram extraídos o Balanço e a Demonstração de Resultados, que se apresentam abaixo.

Balanço – posição financeira

Rubricas	Notas	Datas		2022 5/ REEXPRESSÃO
		2023	2022 REEXPRESSO	
ATIVO				
Ativo não corrente		22 711 124,47	22 809 433,27	21 654 340,80
Ativos fixos tangíveis		22 429 955,51	22 500 357,79	21 345 265,32
Ativos intangíveis		51 956,96	79 863,48	79 863,48
Participações financeiras		229 212,00	229 212,00	229 212,00
Ativo corrente		3 914 885,64	4 256 538,79	4 475 866,12
Inventários		332 456,88	317 397,40	317 397,40
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		7 444,10		
Clientes, contribuintes e utentes		155 213,11	27 253,03	246 580,36
Estado e outros entes públicos		35 157,04	30 705,21	30 705,21
Outras contas a receber		828 892,63	972 244,09	972 244,09
Diferimentos		21 092,08	423,07	423,07
Caixa e depósitos		2 534 629,80	2 908 515,99	2 908 515,99
Total Ativo		26 626 010,11	27 065 972,06	26 130 206,92
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital		29 953 948,50	29 953 948,50	29 953 948,50
Reservas		145 690,42	145 690,42	145 690,42
Resultados transitados		-15 782 509,84	-15 701 848,76	-15 482 521,40
Outras variações no património líquido		8 642 582,30	7 745 033,32	7 393 484,69
Resultado líquido do período		-2 328 258,48	-80 661,11	-80 661,11
Total Património Líquido		20 631 452,90	22 062 162,37	21 929 941,10
PASSIVO				
Passivo não corrente		2 651 141,91	2 807 898,72	2 004 354,88
Provisões		93 621,97	93 621,97	93 621,97
Financiamentos obtidos		1 776 787,55	1 910 732,91	1 910 732,91
Diferimentos		780 732,39	803 543,84	
Passivo corrente		3 343 415,30	2 195 910,94	2 195 910,94
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 733,24	8 733,24	8 733,24
Fornecedores		16 223,82	39 162,30	39 162,30
Estado e outros entes públicos		621,73	621,11	621,11
Financiamentos obtidos		301 806,92	304 204,34	304 204,34
Fornecedores de Investimentos		14 733,49	19 731,79	19 731,79
Outras contas a pagar		1 003 950,96	825 846,96	825 846,99
Diferimentos		1 997 345,14	997 611,17	997 611,17
Total Passivo		5 994 557,21	5 003 809,66	4 200 265,82
Total Património Líquido e Passivo		26 626 010,11	27 065 972,06	26 130 206,92

As contas de 2022 tiveram que ser reexpressas pelo facto de terem sido efetuadas correções de erros e omissões, relacionados com o reconhecimento dos ativos de concessão e de correções associadas a dividas indevidas reconhecidas em clientes. O impacto é o seguinte:

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

P
AB
Q

Efeitos no balanço

	2022		Variação
	Sem reexpressão	Com reexpressão	
Ativos Fixos Tangíveis	21 345 265,32	22 500 357,79	1 155 092,47
Clientes	246 580,36	27 253,03	-219 327,33
Efeito no Ativo			935 765,14
Património Líquido			
Resultados Transitados	-15 482 521,40	-15 701 848,76	-219 327,36
Outras Variações do Património Líq	7 393 484,69	7 745 033,32	351 548,63
Efeito no Património Líquido			132 221,27
Passivo			
Rendimentos a Reconhecer	997 611,17	1 801 155,01	803 543,84
Efeitos no Passivo			803 543,84

O valor do ativo teve uma variação negativa de 440 mil euros face a 31 de dezembro de 2022 (reexpresso). As maiores variações são na rubrica de Depósitos Bancários e Outras Contas a Receber.

O passivo teve um aumento de cerca de 990 milhares de euros (face às contas reexpressas), principalmente devido ao crescimento significativo da rubrica de diferimentos, que registou um aumento de um milhão de euros em comparação com período homólogo. Observou-se uma diminuição de cerca 136 mil euros na rubrica de Financiamentos Obtidos.

Demonstração de Resultados – avaliação do desempenho

Rubricas	Datas		
	2023	2022 REEXPRESSO	2022 S/ REEXPRESSÃO
Impostos, contribuições e taxas	1 936 076,98	1 928 705,15	1 928 705,15
Vendas	5 611,34	801,47	801,47
Prestações de serviços e concessões	1 687 205,39	1 382 806,99	1 366 119,70
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 889 055,70	5 801 044,13	5 801 044,13
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-510 792,16	-314 862,45	-314 862,45
Fornecimentos e serviços externos	-2 965 150,36	-2 352 159,30	-2 352 159,30
Gastos com pessoal	-4 550 358,65	-4 183 284,21	-4 183 284,21
Transferências e subsídios concedidos	-1 303 342,11	-1 024 739,17	-1 024 739,17
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-11 404,45	-11 378,57	-11 378,57
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-943 918,79		
Outros rendimentos	187 645,49	307 845,48	278 896,50
Outros gastos	-243 294,59	-164 373,15	-164 373,15
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	-822 666,21	1 370 406,37	1 324 770,10
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 439 483,10	-1 433 042,26	-1 387 405,99
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-2 262 149,31	-62 635,89	-62 635,89
Juros e rendimentos similares obtidos	2 785,90	5 689,59	5 689,59
Juros e gastos similares suportados	-68 895,07	-23 714,81	-23 714,81
Resultado antes de impostos	-2 328 258,48	-80 661,11	-80 661,11
Resultado líquido do período	-2 328 258,48	-80 661,11	-80 661,11

Tal como já referimos, as contas de 2022 tiveram que ser reexpressas pelo facto de terem sido efetuadas correções de erros e omissões, relacionados com o reconhecimento dos ativos de

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

DR
DB

concessão e de correções associadas a dívidas indevidas reconhecidas em clientes. O impacto é o seguinte:

Efeitos na DR

	2022		Variação
	Sem reexpressão	Com reexpressão	
Prestação de Serviços e Concessões	1 366 119,70	1 382 806,99	16 687,29
Outros Rendimentos (imputação Subsídio)	278 896,50	307 845,48	28 948,98
Efeito no Resultado Antes de Depreciação e Gastos de Financiamento			45 636,27
Depreciações do Exercício	-1 387 405,99	-1 433 042,26	-45 636,27
Efeito no Resultado Operacional			0,00

Relativamente ao desempenho económico, quando comparado com o período homólogo, verifica-se um aumento nas componentes dos gastos com pessoal, fornecimento e serviços externos, nas transferências concedidas e Imparidade de investimentos não depreciáveis. Mesmo tendo aumentado o valor das Transferências obtidas e Prestação de Serviços e Concessões foi manifestamente insuficiente para fazer face ao decréscimo das outras componentes dos rendimentos.

O valor da rubrica Imparidade de investimento não depreciáveis é referente ao reconhecimento da perda de valor verificado no Cineteatro Florbela Espanca, onde deflagrou um incêndio.

Desta forma, o Município apresenta um desempenho negativo de 2.328.258 euros no ano de 2023.

b. Principais rubricas do Balanço

ATIVO

1. Ativos não correntes

As principais variações do ativo são as seguintes (saldo de 31/12/2022 sem reexpressão):

Conta	DESIGNAÇÃO	31/12/22	ADICÇÕES	Alienação	Abates Transferências	31/12/23
Investimentos Financeiros						
41	FAM - Fundo de Apoio Municipal	229 212				229 212
	Total dos Investimentos Financeiros	229 212				229 212
Ativos Fixos Tangíveis						
430	Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	32 085 341	3 853 978	0	0	36 039 319
431	Terras e recursos naturais	4 586 017	25 253	85 210	0	4 596 480
432	Edifícios e outras construções	18 300 941	507 697	0	0	18 808 637
433	Equipamento básico	3 209 667	210 705	0	24 000	3 386 372
434	Equipamento de transporte	2 422 845	221 274	2 782	0	2 641 301
435	Equipamento administrativo	703 775	47 475	0	10	751 242
436	Equipamentos biológicos	110 548	0	0	0	110 548
437	Outros ativos fixos tangíveis	814 898	29 777	0	0	844 675
	Total dos Ativos Fixos Tangíveis	62 323 030	4 896 159	88 002	24 010	67 227 178
Investimentos em curso						
433	Ativos fixos tangíveis em curso	1 312 241	823 162		885 041	1 430 361
	Total dos Investimentos em curso	1 312 241	823 162	0	885 041	1 430 361
Ativos Fixos Intangíveis						
442	Projetos de desenvolvimento	1 350 803,20	15 529			1 366 332
443	Programas de computador e sistemas de informação	196 798,04	8 740			205 538
446	Outros ativos intangíveis	9 298,00	13 948			23 246
	Total dos Ativos Fixos Intangíveis	1 556 899,24	38 217	0	0	1 595 097
	Total do ativo fixo	65 431 355	5 837 547	88 002	709 051	70 521 648

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Verificaram-se diminuições no montante de cerca de 777 mil euros, considerando os valores mais relevantes:

- Alienação em hasta pública de dois terrenos, cujo abate totaliza 65 mil euros.
- Transferência de obras em curso no valor de 685 mil euros.

No que diz respeito aos aumentos, no montante de 5.857.547 euros, são justificados pelos seguintes factos patrimoniais:

- Rubrica Bens de Domínio Público – Rodoviárias, teve um aumento de mais significativos o reconhecimento dos ativos de concessão bem como a transferência de investimento em curso para investimento concluído respeitantes à requalificação urbanística ao envolvente do cruzeiro da lapa. Quando da emissão do auto de receção provisório o mesmo faz menção que obra se encontra concluída desde 2019, pelo que verificamos que as depreciações em falta referentes a anos anteriores foram efetuadas.
- O aumento de cerca de 507 mil na rubrica de Edifícios e outras construções decorre da reclassificação referente à substituição da cobertura em fibrocimento dos edifícios do EB2 D. João IV, que inicialmente tinham sido reconhecidos nesta rubrica, no entanto, tratava-se de uma obra em curso e a substituição do campo de futebol denominado por João Figueiredo.
- A rubrica de equipamento básico encontra-se com um aumento de 210 mil euros e o equipamento de transporte com o aumento de 221 mil euros face ao período homólogo.

Relativamente aos ativos de concessão, o impacto foi o seguinte:

	2022	2023
Ativos de Concessão	3 697 140,20	3 675 108,49
Depreciações Acumuladas	-2 542 047,73	-2 587 684,00
Efeito Ativos de Concessão	1 155 092,47	1 087 424,49
Subsídios aos Investimento recebidos pela E-Redes	1 233 848,78	1 239 972,94
Imputação de anos anteriores dos Sub. Investimento	-882 300,15	-911 249,13
Efeito em Outras Variações Fundos Patrimoniais	351 548,63	328 723,81
Rendimentos a Reconhecer	803 543,84	758 700,68

O Município está a utilizar o preconizado na NCP 4 - Modelo da atribuição de um direito ao concessionário, o que implica que é reconhecido anualmente, em rendimentos # 7205, o valor relativo à substância económica do acordo de concessão de serviços, sendo o passivo reduzido à medida que o rendimento é reconhecido. A parte dos subsídios recebidos, é reconhecido em rendimentos na proporção das depreciações dos ativos de concessão (rúbrica #7883).

Relativamente às adições analisadas na rubrica de infraestruturas rodoviárias (aplicando-se a mesma recomendação para a conta 45.3.2.2.3 - Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares), identifica-se o reconhecimento individualizado de vários materiais como areia grossa, *tout venant*, brita mármore, entre outras, não estando a ser imputados às redes viárias onde estão a decorrer estas reparações. Verificamos que alguns destes casos já se encontram corretamente reconhecidos, mas existem situações ainda passíveis de serem melhoradas.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Os serviços informaram que não existindo uma inventariação destas redes viárias, individualizada no cadastro do património do Município, não é possível imputar estas benfeitorias às respetivas redes viárias.

Esta situação não nos permite avaliar se de facto estamos perante investimentos de grandes beneficiações, ou de meras intervenções de conservação e reparação, por forma a fazer o adequado enquadramento na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

As notas de enquadramento do normativo referem que *'A Classe 4 inclui ainda as grandes reparações caracterizadas não só pelo custo das obras a realizar, mas também atendendo ao acréscimo de vida útil ou de produtividade dos bens de investimento em causa.'* Contudo, para ser incluído na classe 4, tem de cumprir os critérios de reconhecimento, que resume em demonstrar que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem e o custo do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Refere a NCP 5 que *'... uma entidade deve reconhecer na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento. A quantia escriturada das partes que são substituídas deve ser desconhecida de acordo com as disposições da presente Norma.'*

Desta forma, tratando-se estes fornecimentos de grandes reparações, terão de ser imputadas à respetiva rede viária, demonstrando-se que cumprem os requisitos de reconhecimento, e que não são meras intervenções de conservação e reparação recorrente.

Recomendamos, igualmente, a realização de um trabalho de levantamento e reconhecimento na contabilidade das infraestruturas que são património do Município. Esta inventariação é fundamental para uma adequada imputação dos investimentos que vêm sendo efetuadas nessas infraestruturas, em conformidade com o estabelecido nas normas de contabilidade pública.

No investimento em curso estão considerados os seguintes montantes:

Projetos em Curso	Total Projecto
CENTRO ESCOLAR VILA VIÇOSA	35 657,70
CONSTRUÇÃO DE MONUMENTO DE HOMENAGEM AOS BOMBEROS	11 000,00
Reabilitação do Cineteatro Florbela Espanca	840 231,86
SALA ENCESTAMENTO DE POMBOS	29 920,66
RESERVATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE AGUA A SUL DE VILA VIÇOSA, INCLUINDO A ADAPTAÇÃO DA REDE DE ADUÇÃO	25 900,00
CONSTRUÇÃO DA ETAR DE PARDAIS	1 698,34
NOVO RESERVATÓRIO EM S. BENTO W	134 076,58
MUSEUS - FARMÁCIA MONTE	55 259,91
ERPI - LAR DE BENCATEL	79 827,00
ERPI - LAR DE SÃO ROMÃO	79 950,00
VARIANTE E.N. 254	12 183,74
ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO (HABITAÇÃO SOCIAL A SUL DO MERCADO)	83 959,80
ALTO DE S. BENTO	23 985,00
Parque de Recolha Bio - Ecoviçosa	23 964,57
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL INSCRITO SOB O ARTº MATRICIAL Nº 32 FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SÃO BARTOLOMEU, VILA VIÇOSA, SITO NA RUA ANTONIO PAIS Nº 12	12 746,00

O valor indicado na reabilitação do Cineteatro está líquido de imparidade, a qual assumiu um valor de 943 mil euros. No entanto, deveria ter sido acrescido IVA a este montante, pelo que imparidade está subavaliada em aproximadamente 57 mil euros.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RS
NB
A

Ativos Intangíveis

A variação face a 31 de dezembro de 2023 apresenta-se de seguida:

Conta	Descrição	31.12.2023	31.12.2022
442	Projetos de desenvolvimento	1 366 331,95	1 350 803,20
443	Programas de computador e sistemas de informação	205 518,27	196 769,84
446	Outros ativos intangíveis	23 247,00	9 298,80
	Total	1 595 097,22	1 556 871,84

A variação desta rubrica prende-se à aquisição de serviços para o município, mas sobretudo pela aquisição de *softwares*.

Investimentos Financeiros

O valor relevado nas participações financeiras corresponde à participação do FAM – Fundo de Apoio Municipal. Este montante está concordante com a informação da subscrição de capital (Art.º 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), disponível no site do Fundo.

2. Inventários

Em 31/12/2023 o detalhe dos montantes relevados em inventários é o seguinte:

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
331	Matérias-primas	18.617	12.177	6.439
332	Matérias subsidiárias	95.382	117.034	-21.652
335	Alimentação - géneros para confeccionar	9.586	1.454	8.132
33811	Gasóleo	8.009	10.311	-2.303
33813	Óleos e Lubrificantes	2.246	3.670	-1.424
3382	Óleos e Lubrificantes	5.349	6.296	-947
3383	Ferramentas e Utensílios	19.881	18.658	1.223
3389	Artigos de Higiene e Limpeza	173.386	147.795	25.591
	Outros	332.457	317.397	15.059

Por forma a validarmos a asserção da existência efetuamos o acompanhamento das contagens nos vários armazéns do Município, no dia 12 de dezembro de 2023. Destas contagens deixamos abaixo algumas conclusões, que recaem sobretudo sobre o armazém de obras municipais:

1. As condições de utilização e existência física não garantem a salvaguarda dos ativos já que alguns dos itens estão armazenados ao ar livre, em locais de fácil acesso e sem vigilância;
2. Identificação de artigos que se afiguram com imparidade;
3. No armazém “Local do Marco”, a utilização deste armazém tem um carácter provisório, neste local só está armazenado dois artigos, “Papel A3 80gr. cor branco” e “Papel A4 80gr. cor branco”. O nível de segurança deste local é muito reduzido, temos janelas partidas onde os pombos conseguem entrar e a chuva também, sendo o papel algo fácil de “estragar” e representar aproximadamente 32% do valor do inventário do

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

LI
713
[Signature]

economato, aconselhamos que a localização de armazenagem do mesmo, seja outra o mais rápido possível.

Relativamente ao ponto 2, no dia 13 de dezembro de 2023 foi deliberado favoravelmente, em reunião ordinária, proceder as quebras de existências e abate de 50% do valor de alguns artigos que a CMVV tem em stock, sendo artigos sem rotação, artigos impróprios para utilização e artigos danificados. Esperamos que a proposta produza efeitos no decorrer do ano de 2024.

3. Clientes

A 31 de dezembro de 2023 o valor reportado como dívida de clientes na contabilidade é de 611.580 €. O valor obtido através do sistema CGI é de 283.623,77€, e de Medidata de Individuais 233.487,96€ e de coletivos 97.877,91 €, apurando, assim, uma diferença imaterial entre as duas fontes de informação cerca de 3.409€.

Originalmente, registava-se uma diferença de cerca de 130.000 euros entre as duas fontes de informação. Após uma averiguação da sua origem por parte da CMVV, foram efetuadas as regularizações necessárias para regularizar esta diferença.

4. Depósitos em Instituições Financeiras

Procedemos à análise das reconciliações bancárias, efetuando o cruzamento com os montantes constantes nos extratos bancários e com o diário resumo de tesouraria. Uma vez que o balancete agrega as várias contas bancárias por cada uma das instituições financeiras, recomendamos que sejam individualizadas no balancete (por cada conta bancária). A Câmara está a avaliar esta situação junto da Medidata. Contudo, no Anexo às Demonstrações Financeiras divulgou este detalhe.

Verifica-se a existência de itens em aberto com alguma antiguidade, facto que nos leva a endereçar uma recomendação para o tratamento e regularização desses itens.

Dessa análise aos itens em aberto com alguma antiguidade, verificamos que o Município tem movimentos em aberto desde 2013, esses valores acumulam até 2022 um saldo de cerca de 27.631,59 euros. Propomos que estes valores sejam analisados e regularizados.

Ao considerar os itens em aberto com valor superior ao trivial, identificamos 7 itens. Procedemos à verificação dos documentos e estes foram regularizados em janeiro de 2024.

Efetuámos o procedimento de acompanhamento de um fecho de tesouraria, não tendo sido identificadas diferenças a reportar.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

LR
OB
LR

PASSIVO

5. Provisões Riscos e Encargos

Foi recebida informação do consultor jurídico do Município, indicando os processos em curso a favor e contra a Câmara, não se tendo verificado alterações face a 31 de dezembro de 2022.

A provisão constituída é relativa aos processos abaixo indicados:

Proc.n.º 2247/19.7BEBJA	13 022,00 €
Proc. N.º 322/10.2BEBJA	15 985,00 €
Proc. N.º 17/17.6 BEBJA	64 614,97 €
Total conta de Provisões	93 621,97 €

6. Empréstimos obtidos

A rubrica de Financiamentos Obtidos diminuiu em aproximadamente 12%, que equivale a um decréscimo 136.342,78 de euros.

Apresenta-se no mapa seguinte o detalhe por financiamento:

Conta	DESIGNAÇÃO	Saldo 31-12-2023
2511211101	EMP.Nº9015006234591-C.CULT./MULT./C.MORT./BAL.C.FU	66.206
2511211103	1ªConst./Instalação Contentores RSU e Ecopontos Subterrâneos	51.172
2511211104	Arrelvamento Campo Futebol V.V. - n.º91400012898991	6.479
2511211105	1ª Biblioteca Municipal - n.º9015004917991	32.325
2511211106	Conduta de Agua do Furo Nora Pardais - n.º003200495672450	3.547
2511211107	Recup.Cine-Teatro Florbela Espanca - n.º003200495672440	4.493
2511211108	Equipamento Águas - n.º003200495737890	8.649
2511211109	Arrelvamento do Campo de Futebol de Bencatel - n.º000304897434096	37.834
2511211110	MINI BANCADA PRAÇA TOUROS PARDAIS-EMPRESTIMO Nº0921007348991	3.333
2511211111	2ªCONTENTORES RSU E ECOPONTOS SUBTERRANEOS-EMP.0921007344791	11.111
2511211112	ETAR'S DO CONCELHO - EMP.N.º0921007347191	7.900
2511211113	CONDUTA ADUTORA A SUL DE VILA VÇOSA EMP.N.º0921007346391	2.778
2511211114	DEPOSITOS DE AGUA EMP.N.º0921007341291	11.111
2511211115	1ªFUROS DE AGUA-EMP.N.º0921007345591	3.333
2511211116	ALAMEDA DAS PISCINAS - EMP.N.º0921007342091	1.814
2511211120	2ª Furos de Água n.º0921007602091	3.722
2511211121	Aqu.Imóvel-Rua Gomes Jardim,59,61,63 - V.V.-Casa Florbela Espanca	6.111
2511211204	ETAR V.V. - n.º. 000301159549096	24.432
2511221101	C.Cult./Mult./C.Mort./Bal.C.Fut. - n.º9015006234591	339.731
2511221102	Arrelvamento Campo Futebol V.V. - n.º91400012898991	0
2511221103	1ª Biblioteca Municipal - n.º9015004917991	67.907
2511221105	1ªConst./Instalação Contentores RSU e Ecopontos Subterrâneos	1.605
2511221106	Arrelvamento do Campo de Futebol de Bencatel - n.º000304897434096	58.673
2511221107	Conduta de Agua do Furo Nora Pardais - n.º003200495672450	42.075
2511221108	Recup.Cine-Teatro Florbela Espanca - n.º003200495672440	57.287
2511221110	Mini Bancada Praça Touros Pardais - n.º 0921007348991	46.667
2511221111	2ªContentores RSU e Ecopontos Sub. - n.º0921007344791	155.556
2511221112	ETAR's do Concelho - n.º 0921007347191	110.597
2511221113	Conduta Adutora a Sul de Vila Vçosa - n.º 0921007346391	38.889
2511221114	Depositos de Água - n.º 0921007341291	155.556
2511221115	1ªFuros de Água - n.º0921007345591	46.667
2511221116	Alameda das Piscinas - n.º0921007342091	25.402
2511221117	Equipamento Águas - n.º003200495737890	36.712
2511221118	2ªFuros de Águas - n.º0921007602091	61.417
2511221119	Aqu.Imóvel-Rua Gomes Jardim,59,61,63 - V.V.-Casa Florbela Espanca-n.º092100	102.361
2511221120	3ªContentores RSU e Ecopontos Subterrâneos	192.763
2511221121	Substituição de Relvado Sintético do Campo de Jogos João Figueiredo	141.781
2511221204	ETAR V.V. - n.º. 000301159549096	25.498
2042221211	INH-EMPRES.T.HABIT.SOCIAL BENC.-1999.11.0101.2.00.0	28.058
2042221221	INH-EMPRES.T.HABIT.SOCIAL BENC.-1999.11.0101.2.00.0	41.588
2511211117	3ªContentores RSU e Ecopontos Subterrâneos	7.237
2511211118	Substituição de Relvado Sintético do Campo de Jogos João Fig	8.219
Total		2.078.594



7. Fornecedores / Fornecedores de Imobilizado

Mantem-se a divergência entre os saldos reportados pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, a qual refere que a CMVV tem uma dívida de 196.293,75 €, valor que não consta do passivo do Município. Quando comparado com período homologado este valor teve uma diminuição de cerca 27.374,99€.

Da análise efetuada à documentação disponibilizada pelos serviços sobre o contrato de Eficiência Energética na Iluminação Pública, nomeadamente o ofício recebido dessa entidade, suportado por um parecer entidade POCALENTEJO, Lda., datado de fevereiro de 2021, são dadas orientações aos Municípios sobre a forma de reconhecer nas suas contas este contrato, atendendo a que não existiu cedência da posição contratual, conforme estava estabelecido no referido acordo.

Assim, as orientações dadas passariam pelo reconhecimento dos ativos de concessão nas contas da CIMAC, reconhecendo os Municípios um gasto diferido (ativo) por contrapartida de um passivo (diferimentos).

O passivo seria anulado à medida que os municípios pagam as respetivas faturas mensais.

O ativo seria desreconhecido durante os meses em que o acordo estaria em vigor (no parecer consideravam-se 135 meses).

O Município não seguiu as recomendações do referido parecer, não reconhecendo nem o ativo (gasto diferido) nem o passivo (diferimento), estando a relevar em gastos do período as faturas que vai pagando resultantes deste contrato (durante o ano são reconhecidos na conta 45.3.2.2.2, mas serão transferidos para gastos no final do ano) uma vez que ainda não ocorreu a cedência da posição contratual.

8. Estado e Outros Entes Públicos

Foram solicitadas as Certidões de não dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tendo-se confirmado por esta via que o Município tem as suas situações tributária e contributiva regularizadas a data de 31 de dezembro de 2023.

9. Diferimentos

Na rubrica de diferimentos, as principais variações são:

- Recebimentos de subsídios ao investimento relacionadas com as obras de reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca, no valor de 907.874 €. Tal como já foi referido, houve um incêndio que destruiu as obras que estavam em curso, tendo o Município reconhecido uma perda por imparidade no valor de 943 milhares de euros. De acordo com parecer técnico, o valor do co-financiamento já foi reprogramado, tendo inclusivamente sido aumentado, pelo que não há risco de devolução das verbas já recebidas;

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

L
DB
F

- Reconhecimento dos subsídios associados ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, no valor de 780.732€. Este valor resulta do reconhecimento da NCP 4 – Contratos de Concessão. O valor reconhecido em Rendimentos a Reconhecer será transferido para rendimentos na proporção dos anos de vida útil dos ativos de concessão.

O Município está a utilizar o preconizado na NCP 4 - Modelo da atribuição de um direito ao concessionário, o que implica que é reconhecido anualmente, em rendimentos (# 7205), o valor relativo à substância económica do acordo de concessão de serviços, sendo o passivo (rendimentos a reconhecer) reduzido à medida que o rendimento é reconhecido. A parte dos subsídios recebidos, é reconhecido em rendimentos na proporção das depreciações dos ativos de concessão (rúbrica #7883).

FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações na rubrica de Fundos Patrimoniais neste semestre face 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes:

Descrição	Não Reexpresso		Variação
	2022	2023	
Balanzo inicial	29 953 948,50	29 953 948,50	0,00
Reservas Livres	3 761,19	3 761,19	0,00
Usucapião	113 070,00	113 070,00	0,00
Outras Reservas	28 859,23	28 859,23	0,00
De períodos anteriores	-13 393 129,94	-13 473 791,05	-80 661,11 RI de 2022
Regularizações	0,00	-219 327,33	-219 327,33 Reexpressão
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-2 089 391,46	-2 089 391,46	0,00
Parque de Autocaravanismo	30 058,38	26 866,38	-3 192,00
ETAR de Bencatel	142 800,00	138 600,00	-4 200,00
Centro Multifusos de S.Romão - ALENT-09-0241-FEDER - 002226	141 312,50	137 275,00	-4 037,50
Museu do Mármore - 1ª fase	123 080,59	120 078,62	-3 001,97
Casa da Cultura de Bencatel	180 270,53	176 020,49	-4 250,04
ALT20-08-2316-FEDER-000050 - REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO FLORBELA ESPANCA	33 050,75	30 155,75	-2 895,00
Extensão de Saúde de Bencatel - ALENT-08-0348-FEDER-001533	179 234,50	175 066,26	-4 168,24
Parque de Pesados-Trat.Florestação de Solos	199 090,62	192 454,27	-6 636,35
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE VILA VIÇOSA	33 783,75	33 046,65	-737,10
Outros	0,00	328 723,81	328 723,81
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 282 677,00	1 705 673,00	422 996,00
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	426 182,00	956 678,00	530 496,00
Em numerário	56,31	56,31	0,00
Em outros ativos	3 397 680,86	3 397 680,86	0,00
Obtidas	1 224 206,90	1 224 206,90	0,00
Resultado Líquido do Período	-80 661,11	-2 328 258,48	-2 247 597,37
	21 929 941,10	20 631 452,90	-1 298 488,20

A variação reflete a aplicação dos resultados líquidos negativos de 2022, no valor de 80.661,11 €, assim como os recebimentos no semestre do FEF e do duodécimo relativo ao art.35º da Lei nº 73/2013.

Na #562 - Regularizações estão refletidos os ajustamentos efetuados no âmbito do reconhecimento da NCP 4 – Contratos de concessão com a E-redes.

Os efeitos afetam anos anteriores, pelo que, nos termos da NCP 2, as contas foram reexpressas.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

L
DS
R

Os efeitos da reexpressão no balanço são os seguintes:

	2022		Variação
	Sem reexpressão	Com reexpressão	
Ativos Fixos Tangíveis	21 345 265,32	22 500 357,79	1 155 092,47
Clientes	246 580,36	27 253,03	-219 327,33
<i>Efeito no Ativo</i>			935 765,14
Património Líquido			
Resultados Transitados	-15 482 521,40	-15 701 848,76	-219 327,36
Outras Variações do Património Líq	7 393 484,69	7 745 033,32	351 548,63
<i>Efeito no Património Líquido</i>			132 221,27
Passivo			
Rendimentos a Reconhecer	997 611,17	1 801 155,01	803 543,84
<i>Efeitos no Passivo</i>			803 543,84

c. Demonstração de Resultados

1. Prestação de serviços e concessões

A rubrica de prestação de serviços e concessões teve uma variação, face ao período homólogo, no total de 325.896 euros, de acordo com o quadro abaixo:

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	↔
7120	Publicações e impressos	1.406	801	605
7130	Subprodutos, desperdícios, resíduos e regulos	4.205	0	4.205
7203	Serviços específicos das autarquias locais	1.085.805	813.764	272.042
7205	Concessões	446.691	398.784	47.908
7206	Vistorias e ensaios	461	0	461
7208	Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto	66	47	19
7299	Outros serviços	154.181	153.525	656
	Total	1.692.817	1.366.921	325.896

As rúbricas que mais contribuíram para esta variação foi a #7203- Serviços específicos das autarquias locais e a #7205 – Concessões.

O Município está a utilizar o preconizado na NCP 4 - Modelo da atribuição de um direito ao concessionário, o que implica que é reconhecido anualmente, em rendimentos (# 7205), o valor relativo à substância económica do acordo de concessão de serviços, sendo o passivo reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

O aumento dos Serviços Específicos das autarquias locais deve-se ao aumento da faturação das Águas.

Damos nota que relativamente às Águas, trata-se da venda de um bem, que na execução orçamental da receita está a ser executada como vendas. Na demonstração de resultados o montante surge como a prestação de um serviço.

Recomendamos que seja analisada esta situação.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

2. Fornecimento e Serviços Externos

Da revisão analítica efetuada à rubrica de FSE's verificamos um aumento de 26%. As rubricas que contribuíram para esse aumento foram i) a Energia, ii) os Serviços Especializados e iii) os Serviços Diversos.

Conta	Descrição	31.12.2023	31.12.2022	↔
621	Subcontratos	336 037,00	301 650,63	34 386,37
622	Serviços Especializados	716 048,00	630 021,99	86 026,01
623	Materiais	113 003,00	55 611,31	57 391,69
624	Energia e fluidos	645 942,00	491 980,20	153 961,80
625	Deslocações, estadas e transportes	7 612,00	6 345,79	1 266,21
626	Serviços Diversos	1 143 897,00	866 548,38	277 347,62
Total		2 962 539,00	2 352 159,30	610 380

Sobre esta rubrica, recomendamos que, tal como preconizado nas notas de enquadramento do referencial contabilístico, a conta de 'Serviços diversos – outros' seja assumida como de caráter residual no contexto das aquisições de serviços cuja classificação não tenha enquadramento nas contas anteriores. Em 31/12/2023 esta conta representava 39% do total dos FSE's.

3. Custos com pessoal

Esta rubrica contempla as remunerações ao pessoal e respetivos encargos a cargo da entidade patronal efetivados do ano de 2023.

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	↔
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	149.460	132.825	16.636
632	Remunerações do pessoal	3.384.446	3.092.340	292.105
634	Indemnizações	1.974	1.270	704
635	Encargos sobre remunerações	823.227	824.885	-1.659
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	50.405	20.744	29.661
638	Outros gastos com o pessoal	92.127	80.159	11.968
639	Outros encargos sociais	48.720	31.061	17.658
Total		4.550.359	4.183.284	367.074

Em comparação com o período homólogo, houve um aumento na rubrica de remunerações de pessoal em 9%, que se prende com:

- Aumento da conta #632 – Remunerações do pessoal: aumento do ordenado da remuneração mínima mensal garantida e outras alterações decorrentes da lei, aumento do subsídio de refeição e novos recrutamentos e mobilidades;
- O facto do ano de 2023 ser o primeiro ano completo de processamento dos funcionários recebidos no âmbito da delegação de competências de educação e saúde.

Os nossos testes incluíram a seleção de uma amostra de 13 funcionários e, para cada um deles, verificámos o seu processo individual de trabalho e recalculámos os montantes respeitantes ao processamento salarial do mês de dezembro. Não foram identificadas exceções a reportar.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

4. Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta rubrica são registados os valores de transferências e subsídios atribuídos pelo Município a diversas entidades como as Juntas de Freguesias, Instituições sem fins lucrativos, entre outras. No decorrer do ano de 2023 foram realizadas transferências no valor de 1.303.342 euros.

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
60131	Associações de Municípios	344.112,28	325.816,26	18.296
60135	Freguesias	126.395,32	99.274,67	27.121
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	513.928,34	422.029,93	91.898
6016211	Ação Social Escolar	5.611,44	5.387,94	224
6016212	ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS	3.538,64	5.375,46	-1.837
601622	Bolsas	53.875,00	37.870,00	16.005
6016291	Programa de Inserção	41.863,41	34.303,80	7.560
6016292	Cartão Jovem+	42.902,64	35.750,00	7.153
6016293	PRÉMIOS	2.000,00	2.950,00	-950
6016294	EAMA-Emprego Apoiado em Mercado Aberto para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	100.486,34	47.850,00	52.636
6019	Outros	3.375,00	2.632,00	743
604311	CIMAC-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	0	5.499,11	-5.499
60435	Freguesias	65.253,70	0	65.254
Total		1.303.342	1.024.739	278.603

Nesta rubrica verifica-se um aumento face ao período homologado, no montante de 278.603 euros, que se encontra refletido nas verbas transferidas para as instituições sem fins lucrativos onde se encontram mais instituições a beneficiar destes apoios e aumentos nos valores dos mesmos face ao ano de 2022. Outra rubrica com aumento significativo refere-se às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, que reflete o aumento do valor das transferências delegadas nas mesmas. Também identificámos um maior número de pessoas inseridas no programa EAMA.

5. Impostos e Taxas

Esta rubrica contempla receitas decorrentes essencialmente dos impostos diretos e indiretos. Nesta rubrica não houve um aumento significativo face ao período homologado, de acordo com o quadro abaixo:

Conta	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
7010	Impostos Diretos	1.241.936	1.092.934	149.002
7021	Impostos Indiretos	458.403	661.715	-203.312
7040	Taxas, multas e outras penalidades	235.738	174.056	61.682
Total		1.936.077	1.928.705	7.372

A variação deve-se à diminuição do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e um aumento do imposto municipal sobre imóveis. Para analisar a rubrica, procedemos ao cruzamento entre o valor dos impostos reconhecidos na contabilidade e as guias dos respetivos, não foram identificadas situações alvo de reporte. Foi igualmente aplicado o pressuposto do acréscimo, tendo sido efetuado o reconhecimento da estimativa do IMI relativo a 2023, a ser cobrado em 2024.

6. Transferências e subsídios obtidos

O Município contabiliza nesta rubrica os proveitos relativos às transferências decorrentes do Orçamento de Estado. A rubrica apresenta uma variação positiva de cerca de 100.536 euros face ao período homólogo, como pode verificar-se no quadro abaixo:

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3.806.966	3.900.569	-93.603
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	165.125	165.053	72
751115	Participação no IRS	266.580	173.488	93.092
751116	Transportes escolares	6.231	4.480	1.751
751117	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1.437.163	1.221.878	215.285
751118	Participação do IVA	65.774	45.917	19.857
7511191	STAPE - DGAI - SGMAI	180	4.252	-4.072
7511199	Outros	2.612	93.960	-91.348
7511291	Acordo de Colaboração - DGEST	0	41.129	-41.129
7511292	IFAP-Ministerio da Agricultura - Regime Fruta Escolar	2.280	1.302	978
7511293	ICNF-INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS	6.990	27.958	-20.969
751151	Programa Ocupacional	23.826	26.042	-2.217
751152	Instituto de Segurança Social - CPCJ	11.850	11.850	0
751153	Gabinete de Inserção Profissional - GIP	10.516	7.180	3.336
751154	Outros	67.441	34.986	32.454
7512	Instituições sem fins lucrativos	3.000	3.000	0
75141	FEDER	0	38.000	-38.000
7519	Outros	12.524	-12.524	25.048
Total		5.889.056	5.788.520	100.536

Efetuamos o cruzamento entre os valores espelhados no Mapa de Transferências Obtidas efetuado pelo Município, com os valores reconhecidos na contabilidade.

As transferências que advêm da Lei OE 2023 efetuamos um cruzamento direto com os valores reconhecidos na contabilidade.

7. Outros Rendimentos

A rubrica 'Outros Rendimentos' teve uma diminuição face ao período homólogo, no total de 91.251 euros, de acordo com o quadro abaixo:

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
7819	Outros rendimentos suplementares	21.024	39.659	-18.635
7849	Ganhos em inventários - Outros	5.766	4.067	1.699
7869	Outros Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1.754	625	1.129
7871	Alienações	59.396	126.154	-66.758
7879	Outros Rendimentos	0	102	-102
7881	Correções relativas a períodos anteriores	11.640	78.958	-67.318
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	33.118	28.720	4.398
7889	Outros não especificados	54.947	612	54.335
Total		187.645	278.897	-91.251

A variação deve-se à diminuição das Alienações e correções relativas a períodos anteriores, face ao período homólogo.

8. Outros Gastos

Em 31-12-2023 esta rubrica totaliza um montante de cerca de 221.263€. Comparando com o período homólogo, verificamos uma variação positiva de 56.890€, de acordo com o quadro abaixo:

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO – SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contas	Descrição	31-12-2023	31-12-2022	<>
6811	Impostos Diretos	585	1.195	-610
6813	Taxas	66.661	95.553	-28.892
6842	Quebras	16.876		16.876
6849	Perdas em Inventários - Outras	16.626	6.704	9.922
6871	Alienações	65.210		65.210
6873	Abates	22.039	52.315	-30.277
6881	Correções relativas a períodos anteriores	47.198	7.464	39.734
6889	Outros não especificados	8.100	1.142	6.958
	Total	243.295	164.373	78.921

A variação deve-se a um aumento das correções relativas a períodos anteriores e á alienação de Ativos Fixos Tangíveis.

VIII. Norma de Controlo Interno

A Norma de Controlo Interno foi já aprovada, encontrando-se em vigor.

IX. Plano de gestão de riscos d corrupção e infrações conexas

O Município ainda se encontra a rever o plano de acordo com as recomendações e orientações dada por esse organismo e posterior atualização do plano tendo em conta as diversas matérias que têm vindo a ser objeto de atualização, sendo espetável que essa revisão fique concluída no ano de 2024.

X. Considerações Éticas

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e do IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria.

A avaliação de ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente ao requisito de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Neste contexto, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

XI. Declaração de Responsabilidades

Solicitou-se a declaração de Responsabilidades, prevista em Guia de Aplicação Técnica da OROC, a qual foi obtida.

Handwritten initials and signature in blue ink, including the letters "RB" and a stylized signature.

XII. Acontecimentos Subsequentes

Foi solicitada informação sobre acontecimentos subsequentes, tendo sido obtida resposta ao nosso questionário, datada de 14/03/2024. Não tomámos conhecimento de situações a reportar.

XIII. Discussão do trabalho efetuado com o órgão de gestão

O conteúdo do presente relatório foi analisado conjuntamente com os responsáveis do departamento financeiro antes da sua assinatura.

Finalmente, desejamos agradecer aos Serviços do Município de Vila Viçosa toda a colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 18 de abril de 2024

Antunes Rodrigues & Célia Custódio SROC, Lda.

Representada por:

Assinado por: Célia Maria Pedro Custódio
Num. de identificação: 10989951
Data: 2024.04.18 11:39:33+01'00'

Célia Maria Pedro Custódio

ROC nº 1286 // CMVM n. 20160897